

A Organização

- Vitorino Moreira Rocha

Entrevista

- Presidente da Cooperativa Agrícola da Póvoa de Varzim

Tendências e Inovação

- Inovação na produção de leite de bovino

ÍNDICE

FICHA TÉCNICA

Propriedade e Editora

AGROS - União das Cooperativas de Produtores de Leite de Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes, U.C.R.L.

Contactos

Rua 5 de Outubro, 1813
4481-739 Vila do Conde
Telefone: 252 241 000
Fax: 252 241 009
E-mail: revista@agros.pt
Site: www.agros.pt

Director

Comendador Fernando da Silva Mendonça

Produção e Coordenação

Dr. José Filipe Silva

Colaboraram nesta Edição

Prof. Doutor Henrique Trindade
Prof. Doutor Miguel Sottomayor
Eng.º Mário Miguel Dias
Prof. Doutor Niza Ribeiro

Sede de Redacção

Rua 5 de Outubro, 1813
4480-739 Vila do Conde

N.º de Contribuinte

500291950

Depósito Legal

295758/09

ISSN

1647-3264

Registo na ERC

125612

Design e Composição Gráfica

Boaventura Matos

Impressão Gráfica

Minerva, artes gráficas
Alberto Santos & Filhos, Lda.
Av.º Alexandre Herculano, n.º 275
4480-878 Vila do Conde
minerva@minerva.online.pt

Tiragem

3500 exemplares

Periodicidade

Trimestral

3 EDITORIAL

5 OPINIÃO

- Licenciamento das Explorações Leiteiras – Dificuldades, Desafios e Oportunidades

6 POLÍTICAS AGRO-ALIMENTARES

- Como fica o Sector Agro-Florestal e das Pescas com a proposta de OGE para 2010?

8 A ORGANIZAÇÃO

- Entrevista: Vitorino Moreira Rocha

10 O SECTOR PRODUTIVO

- GESTEXPLOR – Um Programa Informático para auxiliar a gestão das explorações leiteiras.

14 ENTREVISTA

- Presidente da Cooperativa Agrícola da Póvoa de Varzim

16 HISTÓRIAS DE VIDA...

- Maria Alexandrina Torres

18 À DESCOBERTA DE...

- Póvoa de Varzim

20 TENDÊNCIAS E INOVAÇÃO

- Inovação na produção de leite de bovino – o passado e a actualidade

24 DESTAQUES

- Tomada de posse dos Corpos Sociais da Cooperativa Agrícola de Barcelos
- Feira Agrícola Anual – Trofa 2010

29 DIVULGAÇÃO

- Saúde do Úbere em Vacas Leiteiras

30 INSTITUCIONAL

- Tem a Palavra... a Direcção



Como fica o Sector Agro-Florestal e das Pescas com a proposta de OGE⁽¹⁾ para 2010?

Texto

Prof. Doutor Miguel Sottomayor

Professor Auxiliar da Faculdade de Economia e Gestão, Universidade Católica Portuguesa.

É num tempo de crise que nos movimentamos hoje, e bem séria, que se reflecte, no nosso caso e no da maior parte das economias do mundo, em défices orçamentais elevados, ou seja, com os Estados a gastarem mais do que podem, e com alguns, como o nosso, a endividarem-se a um ritmo preocupante. Neste contexto, e num clima mediático de expectativas de contenção da despesa pública, reforçada pela equiparação recente da nossa economia com a da Grécia e com o seu gravíssimo problema de endividamento externo, qual foi o orçamento aprovado para 2010? Aprovámos um orçamento com despesas num montante ligeiramente superior ao do ano anterior (0.4 pontos percentuais a mais), embora de forma supostamente equilibrada, uma vez que se prevê simultaneamente um aumento proporcional da receita pública. Isto é, a opção foi pela manutenção de um défice orçamental elevado de 8.5% do PIB⁽²⁾, sensivelmente no mesmo patamar que o estimado para 2009. É certo que este défice é marcado pelo actual contexto de recessão e pela associada quebra conjuntural das receitas públicas, mas não deixa de ser preocupante a sua persistência, e o elevado nível de

endividamento público que o próprio Governo prevê para o final de 2010 ser de 85% do PIB.

No que refere ao Sector Agro-florestal e das Pescas⁽³⁾, do ponto de vista orçamental, as despesas públicas com o sector repartem-se por dois blocos: i) as despesas dos serviços integrados, as do próprio MADRP⁽⁴⁾, por exemplo; ii) as despesas dos serviços e fundos autónomos, como é o caso, entre outros, do Instituto da Vinha e do Vinho. Os apoios financeiros globais destinados ao Sector da Agricultura correspondem às despesas somadas destes dois blocos. Considerando os ditos dois blocos, o quadro da actual proposta de OGE é definitivamente desfavorável para o Sector da Agro-florestal e das Pescas, uma vez que este perde 763 milhões de euros relativamente ao OGE de 2009, ou seja, perde 32% do valor aprovado no ano transacto, sendo consideravelmente mais penalizado que o conjunto dos restantes sectores (fig.1).

Para perceber de onde vêm estas quebras globais de despesa pública no Sector da Agro-florestal e das Pescas, vamos agora considerar separadamente as despesas integradas e as dos fundos autónomos, canalizadas para o sector. Analisando os

(1) Orçamento Geral do Estado.

(2) Produto Interno Bruto.

(3) Sector da Agricultura e Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca, na nomenclatura da classificação das funções económicas, da Contabilidade Nacional.

(4) Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas.

(5) Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central.

(6) Tanto em 2009 como em 2010 o Investimento no Sector Agro-Florestal representou cerca de 90% do total destinado ao conjunto do Sector Agro-Florestal e das Pescas.

(7) Programa de Desenvolvimento Rural de Portugal Continental.

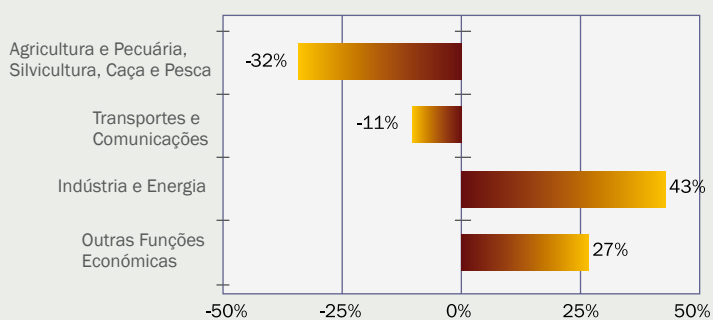
dados fornecidos pela proposta de OGE 2010, quanto às despesas integradas (afectas directamente ao funcionamento dos ministérios e não a instituições autónomas deles dependentes), verifica-se um certo crescimento deste tipo de despesas, 57 milhões de euros, 10% mais do que em 2009. Este reforço de verbas para o Sector da Agro-florestal e das Pescas acompanha o também observado para as despesas integradas canalizadas para os restantes sectores, exceptuando o dos Transportes e Comunicações, e resulta de um reforço das despesas integradas do Estado, em 2010, nas suas funções económicas e sociais, em detrimento de outras. No entanto, no que toca às despesas do Estado em serviços e fundos autónomos a beneficiarem o Sector da Agro-florestal e das Pescas, a conclusão a tirar é já a de um forte revés para o Sector, pois, nesta perspectiva, este perde, relativamente a 2009, o montante de 821 milhões de euros, ou seja, uma quebra de 45%. Concluindo, é nas despesas em serviços e fundos autónomos que está a origem da quebra global das despesas orçamentais previstas para o Sector da Agro-florestal e das Pescas.

Consideremos agora o investimento público (PIDDAC⁽⁵⁾) canalizado através do MADRP. As notícias também aqui não são boas para o Sector da Agro-florestal e das Pescas e, por essa via, para a Economia Rural, uma vez que se prevê uma ligeira quebra (2%), ou seja, menos 24 milhões de euros destinados ao Sector Agro-Florestal e das Pescas do que em 2009⁽⁶⁾. Esta quebra resulta de uma descida da componente de financiamento comunitária de 33 milhões de euros, combinada com um acréscimo de 9 milhões de euros no financiamento nacional do investimento público canalizado via MADRP (fig.2). Quanto à natureza desse investimento, o conjunto de projectos com financiamento aprovado inclui um grande número de projectos já antigos em curso, alguns com taxas de execução muito baixas em anos anteriores, e outros, poucos, a lançar em 2010. Os novos projectos aprovados no âmbito do PIDDAC para a Agricultura terão um período de execução que vai globalmente de 2010 a 2015 e ascendem a um montante total orçamentado só ligeiramente acima dos 34 milhões de euros, dos quais 13, previstos já para execução em 2010.

Concluindo, o Sector da Agro-Florestal e das Pescas não sai beneficiado, antes pelo contrário, com as verbas que lhe foram destinadas no OGE de 2010, tanto ao nível das dotações para despesas dos serviços públicos directamente envolvidos no sector, como da quota parte da despesa pública em geral canalizada para o sector. Não queríamos, no entanto, deixar de lembrar, para terminar, que despesa orçamentada não significa despesa executada, diferença que os agricultores em geral têm sentido fortemente na pele, pelo menos desde 2007! É claro que falamos do PRODER e das suas escandalosamente baixas taxas de execução, que atingiram globalmente apenas 16% para os 3 primeiros anos da implementação do Programa, quando faltam apenas 4 para este terminar. Quanto a isso, o governo promete, na sua proposta de orçamento para 2010, a “adaptação, flexibilização e simplificação” deste programa com vista à sua implementação efectiva.

Essa é a única nota de esperança deste OGE, para os agricultores, que esperamos sinceramente se confirme!

VARIAÇÃO 2009/2010 DAS DESPESAS PREVISTAS NO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO, POR SECTOR



Fonte DGO 2010

FIGURA 1

INVESTIMENTO PÚBLICO CANALISADO VIA MADRP EM 2009 E EM 2010 (PIDDAC)



FIGURA 2

Fonte DGO 2010